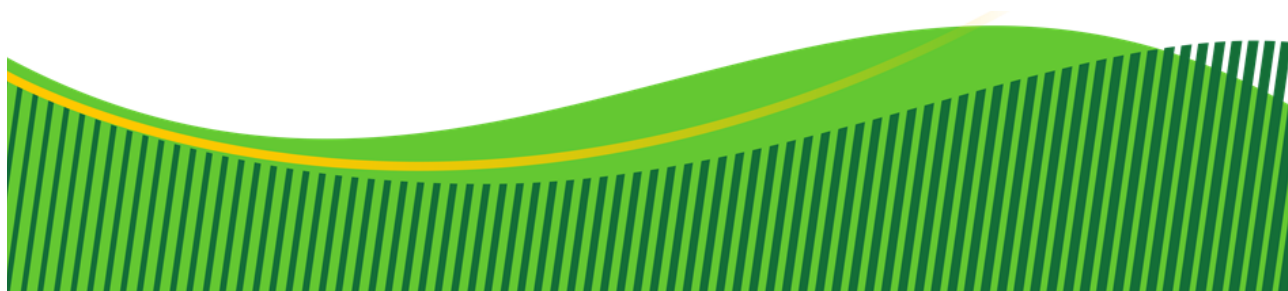


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moínhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS
Agudo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS
CNPJ/MF nº 87.067.757/0001-80

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	594.428	546.020	CIRCULANTE	180.634	176.367
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	3.649	3.736	DEPÓSITOS (NOTA 12)	54.995	52.439
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	5.381	-	Depósitos à Vista	37.500	31.737
Carteira Própria	5.381	-	Depósitos a Prazo	17.495	20.702
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	395.152	348.729	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	88.645	90.810
Correspondentes no país	335	317	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	3	1
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	394.817	348.412	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	88.642	90.809
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	178.755	181.368	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.294	1.100
Operações de Crédito	192.611	194.439	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.294	1.100
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(13.856)	(13.071)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	8.226	8.250
OUTROS CRÉDITOS	10.275	9.613	Empréstimos País - Outras Instituições	8.226	8.250
Créditos por Avals e Fianças Honrados	550	126	OUTRAS OBRIGAÇÕES	27.474	23.768
Rendas a Receber	1.409	1.510	Cobrança e Arrecadação de Tributos	170	43
Créditos Específicos	324	294	Sociais e Estatutárias	3.131	2.996
Diversos (NOTA 08)	8.991	8.181	Fiscais e Previdenciárias	901	853
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(999)	(498)	Diversas (NOTA 15)	23.272	19.876
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	1.216	2.574			
Outros Valores e Bens	1.348	2.602			
(Provisão para desvalorização)	(153)	(35)			
Despesas Antecipadas	21	7			
NÃO CIRCULANTE	103.749	97.964	NÃO CIRCULANTE	341.611	313.890
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	103.749	97.964	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	341.611	313.890
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	6.657	3.363	DEPÓSITOS (NOTA 12)	339.126	310.861
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.657	3.363	Depósitos a Prazo	339.126	310.861
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	63.376	61.935	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	2.485	3.029
Operações de Crédito	74.507	73.996	Repasse Interfinanceiros	2.485	3.029
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(11.131)	(12.061)			
OUTROS CRÉDITOS	1.442	423			
Diversos (NOTA 08)	1.474	435			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(32)	(12)			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	24.182	24.182	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	175.932	153.727
Outros Investimentos	24.182	24.182	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	73.033	65.934
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	3.886	3.943	De Domiciliados no País	73.039	65.939
Imóveis de Uso	1.624	1.624	(Capital a Realizar)	(6)	(5)
Outras Imobilizações de Uso	7.417	7.004	RESERVAS DE SOBRAS	92.991	78.335
(Depreciação acumulada)	(5.155)	(4.685)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	9.908	9.458
INTANGÍVEL (NOTA 11)	4.206	4.118			
Outros Ativos Intangíveis	8.470	7.338			
(Amortização acumulada)	(4.264)	(3.220)			
TOTAL DO ATIVO	698.177	643.984	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	698.177	643.984

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS
CNPJ/MF nº 87.067.757/0001-80

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.760	-	23.760	52.065	-	52.065	52.298	-	52.298
Operações de Crédito	23.362	-	23.362	51.312	-	51.312	52.017	-	52.017
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	397	-	397	751	-	751	259	-	259
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	2	-	2	22	-	22
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(19.318)	(293)	(19.611)	(38.997)	(536)	(39.533)	(53.529)	(435)	(53.964)
Operações de Captação no Mercado	(13.394)	(33)	(13.427)	(30.529)	(55)	(30.584)	(39.412)	(37)	(39.449)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.096)	(260)	(2.356)	(4.830)	(481)	(5.311)	(5.550)	(398)	(5.948)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.828)	-	(3.828)	(3.638)	-	(3.638)	(8.567)	-	(8.567)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.442	(293)	4.149	13.068	(536)	12.532	(1.231)	(435)	(1.666)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	2.123	2.892	5.015	9.057	5.428	14.485	21.912	4.940	26.852
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.890	5.270	8.160	5.719	9.605	15.324	5.535	7.229	12.764
Rendas de Tarifas Bancárias	1.734	-	1.734	3.540	-	3.540	3.525	-	3.525
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(9.923)	(1.211)	(11.134)	(19.070)	(1.958)	(21.028)	(17.941)	(1.299)	(19.240)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(6.563)	(891)	(7.454)	(12.593)	(1.605)	(14.198)	(10.981)	(1.304)	(12.285)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(7)	(247)	(254)	(19)	(451)	(470)	(17)	(337)	(354)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	21.226	455	21.681	43.929	607	44.536	58.927	1.180	60.107
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(7.234)	(484)	(7.718)	(12.449)	(770)	(13.219)	(17.136)	(529)	(17.665)
RESULTADO OPERACIONAL	6.565	2.599	9.164	22.125	4.892	27.017	20.681	4.505	25.186
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(170)	42	(128)	(417)	42	(375)	(62)	(31)	(93)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.395	2.641	9.036	21.708	4.934	26.642	20.619	4.474	25.093
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	641	641	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	374	374	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	267	267	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6.395	3.282	9.677	21.708	4.934	26.642	20.619	4.474	25.093
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.934	(4.934)	-	4.474	(4.474)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	6.395	3.282	9.677	26.642	-	26.642	25.093	-	25.093
DESTINAÇÕES	-	-	-	(16.734)	-	(16.734)	(15.635)	-	(15.635)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(5.718)	-	(5.718)	(5.223)	-	(5.223)
Fates - Estatutário	-	-	-	(991)	-	(991)	(946)	-	(946)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(8.917)	-	(8.917)	(8.513)	-	(8.513)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.108)	-	(1.108)	(953)	-	(953)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	9.908	-	9.908	9.458	-	9.458

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS
CNPJ/MF nº 87.067.757/0001-80

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	57.991	65.254	7.015	130.260
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.452	-	(2.452)	-
Destinações para reservas	-	3.615	(3.615)	-
Outras destinações	-	-	(948)	(948)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.664	-	-	2.664
Baixas de capital	(2.333)	-	-	(2.333)
Resultado do período	-	-	25.093	25.093
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(946)	(946)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.513	(8.513)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.160	-	(5.223)	(63)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	953	(953)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	65.934	78.335	9.458	153.727
Mutações do Período	7.943	13.081	2.443	23.467
Saldos no início do período em 01/01/2017	65.934	78.335	9.458	153.727
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.968	-	(2.968)	-
Destinações para reservas	-	4.358	(4.358)	-
Outras destinações	-	-	(2.132)	(2.132)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.421	-	-	2.421
Baixas de capital	(3.915)	-	-	(3.915)
Reversões de reservas	-	273	-	273
Resultado do período	-	-	26.642	26.642
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(991)	(991)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.917	(8.917)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.625	-	(5.718)	(93)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.108	(1.108)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	73.033	92.991	9.908	175.932
Mutações do Período	7.099	14.656	450	22.205
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	67.833	82.693	16.965	167.491
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.642	-	-	1.642
Baixas de capital	(2.067)	-	-	(2.067)
Reversões de reservas	-	273	-	273
Resultado do período	-	-	9.677	9.677
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(991)	(991)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.917	(8.917)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.625	-	(5.718)	(93)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.108	(1.108)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	73.033	92.991	9.908	175.932
Mutações do Período	5.200	10.298	(7.057)	8.441

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS
CNPJ/MF nº 87.067.757/0001-80

	01/07/2017 a 31/12/2017	(Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	11.338		28.833	29.469
Resultado do semestre/exercício	9.677		26.642	25.093
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.661		2.191	4.376
(Reversão) Provisão para operações de crédito	1.306		(146)	3.496
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	59		119	8
Provisão para desvalorização de outros créditos	482		522	89
Depreciação do imobilizado de uso	425		850	852
Amortização do intangível	523		1.044	649
Baixas do ativo permanente	24		52	60
Provisão para passivos contingentes	53		421	52
Destinações ao FATES	(991)		(991)	(946)
Dividendos SicrediPar	(220)		320	116
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(34.664)		22.908	54.855
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(3.184)		(3.294)	(2.323)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(213)		(5.381)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	1.681		-	932
Redução em créditos vinculados	151		-	116
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(48)		(18)	47
(Aumento) Redução em operações de crédito	(53.729)		1.317	(1.798)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	29.503		(2.710)	5.750
(Aumento) em outros créditos	(609)		(2.523)	(1.399)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	1.063		1.240	(1.321)
Aumento (Redução) em depósitos	(13.862)		30.821	51.715
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	693		194	(95)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(508)		(23)	(896)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(702)		(1.681)	(1.381)
Aumento em outras obrigações	5.100		4.966	5.508
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(23.326)		51.741	84.324
Aquisição de Investimentos	-		-	(4.597)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(517)		(845)	(723)
Aplicações no Intangível	(669)		(1.132)	(1.121)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.186)		(1.977)	(6.441)
Integralização de capital	1.642		2.421	2.664
Baixa de capital	(2.067)		(3.915)	(2.333)
Juros ao capital próprio	(93)		(93)	(63)
Distribuição de Sobras	-		(2.132)	(948)
Reversões de reservas	273		273	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(245)		(3.446)	(680)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(24.757)		46.318	77.203
Caixa e equivalente de caixa no início do período	423.223		352.148	274.945
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	398.466		398.466	352.148

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 21/08/1927 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(54.350)	386	(53.964)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.953)	386	(8.567)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	27.237	(386)	26.851
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(12.415)	130	(12.285)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(17.149)	(516)	(17.665)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 07 de fevereiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	3.649	3.736
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	394.817	348.412
Total	398.466	352.148

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.657	3.363
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	6.657	3.363
Total realizável a longo prazo	6.657	3.363

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016
Cotas de Fundos de Renda Fixa	5.381	-
Total circulante	5.381	-

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	68.963	22.240	91.203	90.024
Financiamentos	30.508	48.622	79.130	78.763
Financiamentos rurais e agroindustriais	93.140	3.645	96.785	99.648
Carteira total	192.611	74.507	267.118	268.435

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	550	-	550	126
Devedores por compra de valores e bens	523	1.473	1.996	703
Títulos e créditos a receber (i)	5.691	1	5.692	4.962
Total	6.764	1.474	8.238	5.791

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	-	15	-	-
Nível A	0,50	104.335	114.031	522	570
Nível B	1,00	58.635	55.044	587	550
Nível C	3,00	52.773	49.279	1.583	1.478
Nível D	10,00	34.388	28.252	3.439	2.825
Nível E	30,00	4.721	6.321	1.416	1.896
Nível F	50,00	3.937	5.326	1.969	2.663
Nível G	70,00	1.924	1.978	1.347	1.385
Nível H	100,00	14.643	13.980	14.643	13.980
Total (i)		275.356	274.226	25.506	25.347

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 512 (2016 - R\$ 295).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2017			Total da Carteira	2016
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.951	24.742	48.432	51.250	126.375	122.205
Rural	77	9.112	83.951	3.645	96.785	99.648
Industrial	2	1.132	2.122	1.011	4.267	3.259
Comércio	500	10.458	9.938	13.976	34.872	32.529
Outros Serviços	473	2.509	3.976	6.099	13.057	16.585
Total	3.003	47.953	148.419	75.981	275.356	274.226

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	27.448	9,97	25.011	9,12
50 devedores seguintes	29.910	10,86	29.696	10,83
100 devedores seguintes	25.591	9,29	24.812	9,05
Demais	192.407	69,88	194.707	71,00
Total	275.356	100	274.226	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	25.642	22.057
Constituição de provisão	3.638	8.567
Movimentação de baixados para prejuízo	(3.262)	(4.982)
Saldo final	26.018	25.642

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.079 (2016 - R\$ 1.555), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 9.986 (2016 - R\$ 6.922).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	108	77
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.757	1.930
Devedores por compra de valores e bens	523	269
Devedores por depósitos em garantia	61	-
Impostos e contribuições a compensar	529	450
Títulos e créditos a receber	5.691	4.961
Valores honrados	6	41
Cotas de consórcio	202	243
Operações com cartões	28	41
Pendências a regularizar	18	20
Outros	68	149
Total Circulante	8.991	8.181

Devedores por compra de valores e bens	1.473	434
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	1.474	435

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	1.348	2.602
Imóveis	768	1.291
Veículos e afins	304	833
Máquinas e equipamentos	75	197
Bens em regime especial	201	281
Despesas antecipadas	21	7
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(153)	(35)
Total Circulante	1.216	2.574

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 153 (2016 - R\$ 35) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	12.240	12.240
Sicredi Participações S.A.	11.941	11.941
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	24.182	24.182

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	3.872.883 ON	3.872.883 ON	1	1	12.239.983	12.239.983
	8.068.533 PN	8.068.533 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,36%	1,37%	0,61%	0,63%	3,49%	3,49%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	11.941	11.941	1	1	12.240	12.240

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	9.041	(5.155)	3.886	3.943
Imobilizações em curso	-	11	-	11	-
Terrenos	-	115	-	115	115
Edificações	4%	1.509	(417)	1.092	1.178
Instalações	10%	1.428	(776)	652	641
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.732	(1.063)	669	689
Sistema de comunicação	10%	343	(193)	150	165
Sistema de processamento de dados	20%	2.243	(1.646)	597	628
Sistema de segurança	10%	693	(356)	337	131
Sistema de transporte	20%	967	(704)	263	396
Intangível (i)		8.470	(4.264)	4.206	4.118
Investimentos Confederação		8.470	(4.264)	4.206	4.118
Total		17.511	(9.419)	8.092	8.061

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	37.500	-	-	37.500	31.737
Depósitos a prazo	15.523	1.972	339.126	356.621	331.563
Total	53.023	1.972	339.126	394.121	363.300

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	88.642	90.809
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	88.642	90.809
Total circulante	88.642	90.809
Recursos do Crédito Rural	2.485	3.029
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.485	3.029
Total exigível a longo prazo	2.485	3.029

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 20/11/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	8.226	8.250
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	8.226	8.250
Total circulante	8.226	8.250

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	4.159	3.693
Obrigações por convênios oficiais	9	6
Provisão para pagamentos a efetuar	5.344	4.729
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	481	60
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	6.683	5.934
Pendências a regularizar	40	27
Operações com cartões	5.509	4.614
Demais fornecedores	444	324
Credores diversos	603	489
Total circulante	23.272	19.876

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	-	449	-	449
Cível	60	34	(62)	32
Total	60	483	(62)	481

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	449	-
Cível	Provável	32	60
Total		481	60

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 58, R\$ 254 e R\$ 2.074 (2016 - R\$ 0, R\$ 38 e R\$ 2.816), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo administrativo nº 11060.002557/2006-91 desde 18/10/2006, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo PIS e COFINS. O processo encontra-se em fase de recursos voluntário tramitando junto ao 2º Conselho de Contribuintes, atingindo o valor de R\$ 1.706, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo administrativo nº 38810573, versando sobre matéria tributária em que discute a ausência de recolhimento da Taxa de Serviços Diversos referente ao registro de contrato de financiamento de veículo, devida ao Órgão Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), para fins de anotação de gravame. O processo encontra-se em fase de impugnação tramitando junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ/RS, atingindo o valor de R\$ 368, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	73.033	65.934
Total de associados	60.444	58.651

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 7.099 (2016 - R\$ 7.943), sendo R\$ 8.593 (2016 - R\$ 7.612) via integralização de resultados e R\$ 2.421 (2016 - R\$ 2.664), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.915 (2016 - R\$ 2.333).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8,5% em Conta Capital, no montante de R\$ 5.718, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Serra - Sicredi Centro Serra RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	26.642	25.092
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(11.190)	(10.539)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	7	(2)
Provisão PPR	55	35
Receita com atos cooperativos	9.117	8.660
Juros sobre capital próprio	2.402	2.194
Outros	(391)	(348)
Subtotal	11.190	10.539
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	6.657	3.363
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	5.381	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	394.817	348.412
Outros Créditos - Rendas a receber	1.035	873
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	1.789	2.041
Investimentos (Nota 10)	24.182	24.182
Intangível (Nota 11)	4.206	4.118
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	91.127	93.838
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	8.226	8.250
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	5.511	4.507
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	751	259
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	6.537	5.678
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	38.499	47.753
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	5.311	5.948
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	478	499
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	6.842	5.774

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	166	0,44%	80
Depósitos a prazo	2.696	0,76%	2.867
Operações de crédito	765	0,29%	3.220

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.541	2.394

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	472	483
Despesa de aluguéis	1.119	1.004
Despesa de comunicação	840	664
Despesa de manutenção e conservação	821	685
Despesa de material	360	248
Despesa processamento dados	241	183
Despesa de promoções e relações públicas	1.993	1.507
Despesa de propaganda e publicidade	181	187
Despesa de seguro	81	137
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.324	1.218
Despesa de serviços de terceiros	451	400
Despesa de serviços de vigilância e segurança	855	804
Despesa de serviços de técnicos especializados	822	743
Despesa de serviços de transpostes	915	652
Despesa de viagem	30	46
Outras despesas administrativas	3.693	3.324
Total	14.198	12.285

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	2.158	5.478
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	37.180	45.714
Reversão de provisões operacionais	2.813	6.312
Outras rendas operacionais	2.385	2.603
Total	44.536	60.107

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	677	941
Contribuição O.C.E.	109	94
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	176	197
Contribuição Confederação Sicredi	4.495	3.499
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	544	554
Encargos da administração financeira	211	259
Repasse administradora de Cartões	488	518
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.044	656
Outras provisões operacionais	4.124	7.586
Outras despesas operacionais	1.351	3.361
Total	13.219	17.665

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	155.327	158.438
Coobrigações em cessões de crédito	9	-
Total	155.336	158.438

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	173.096	151.903
Nível I (NI)	173.096	151.903
Capital principal - CP	173.096	151.903
Capital social	73.033	65.934
Reservas de capital	92.991	78.335
Lucros acumulados	9.908	9.458
Ajustes Prudenciais	(2.836)	(1.824)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	490.015	468.465
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	293	324
Margem de Capital (i)	121.351	105.318
Índice de Basileia (PR / RWA)	35,32%	32,43%
Situação de Imobilização (Imob)	5.256	6.237
Índice de Imobilização (Imob / PR)	3,04%	4,11%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Dilamar Valnei Rusch
Diretor Executivo
CPF: 640.897.700-68

Marlon Norton Kobs
Diretor de Operações
CPF: 910.057.600-04

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20